

CONSTRUÇÕES TAUTOLÓGICAS: TRADIÇÃO GRAMATICAL, LÓGICA E ARGUMENTAÇÃO*

TAUTOLOGICAL CONSTRUCTIONS: GRAMMATICAL TRADITION, LOGIC AND ARGUMENTATION

Leosmar Aparecido da Silva **, Márcia Teixeira Nogueira ***

RESUMO

Considerando que a tautologia recebeu tratamentos distintos na tradição gramatical, na Lógica proposicional e na Retórica, este artigo tem o objetivo de discutir a respeito dos tratamentos da tautologia em cada um desses domínios de estudo da linguagem e analisar dados que mostram o valor argumentativo dessas construções, confrontando-se com a ideia de que elas possuem vazio informativo. Uma gama de dados coletados da Internet por meio do programa computacional Web-BootCat revelou que a construção tautológica apresenta valores argumentativos na codificação de verdades amplamente aceitas e têm ampla produtividade em diferentes tipos de discurso. O valor argumentativo das construções equativas está no fato de o enunciador, por meio da tautologia, influenciar, persuadir e/ou convencer o interlocutor a aceitar a verdade da proposição como uma verdade que diz por si própria, sem precisar de demonstração. Este estudo coloca, portanto, em destaque a natureza funcional e dinâmica da língua, inclusive por meio de usos, muitas vezes, estigmatizados, tais como a tautologia.

Palavras-chave: Tautologia. Lógica, retórica e tradição gramatical. Valor argumentativo.

ABSTRACT

Considering that tautology received different treatments in grammatical tradition, propositional logic and rhetoric, this article aims to discuss the treatment of tautology in each of these domains of language study and analyze data that show the value argumentative nature of these constructions, confronting the idea that they have an informative void. A range of data collected from the Internet through the Web-BootCat computational program revealed that tautological construction presents

* Este texto é um dos produtos gerados a partir do Estágio de Pós-Doutorado financiado pela CAPES por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD).

** Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG).
leosmarsilva@hotmail.com

*** Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC).
marciatn@gmail.com

argumentative values in coding widely accepted truths and have wide productivity in different types of discourse. The argumentative value of the equative constructions lies in the fact that the enunciator, through tautology, influences and persuades the interlocutor to accept the truth of the proposition as a truth that it says on its own, without requiring demonstration. This study therefore highlights the functional and dynamic nature of language, including through often stigmatized uses such as tautology.

Keywords: *Tautology. Logic, rhetoric and grammatical tradition. Argumentative value.*

1 INTRODUÇÃO

Houaiss (2001, p. 2679) apresenta três rubricas para o verbete tautologia: um oriundo da Gramática, outro da Lógica e outro da Retórica. Do ponto de vista da Gramática, a tautologia é definida como o “uso de palavras diferentes para expressar uma mesma ideia; redundância, pleonismo”. Do ponto de vista da Lógica, “a tautologia é uma proposição analítica que permanece sempre verdadeira, uma vez que o atributo é uma repetição do sujeito” como em o sal é salgado. E, do ponto de vista da Retórica, a tautologia é a “expressão que repete o mesmo conceito já emitido, ou que só desenvolve uma ideia citada, sem aclarar ou aprofundar sua compreensão”.

Uma temática assim tão vasta e aplicável a três importantes campos de reflexão sobre a linguagem merece um olhar investigativo da Linguística. Ela tem sido foco de interesse de linguistas que atuam na interface entre gramática e discurso (ATAYDE, 2010; FRASER, 1988; GIBBS, 1990; MEIBAUER, 2008; WIERZBICKA, 1987, 1988, 2003) e tem sido descrita no âmbito da sociedade e da cultura em diferentes línguas. Em vista disso, pretende-se descrever o tratamento dado pela tradição gramatical, pela Lógica e pela Retórica às construções tautológicas e, a partir de dados coletados em diferentes tipos de discurso, analisar o poder argumentativo dessas construções, que se escondem sob um aparente vazio informativo. Essa análise permitirá abordar a tautologia, não voltada para si mesma como quer a Lógica, mas como uma construção integrada a processos mentais e a relações sociais, ou seja, aos ecossistemas mental e social (COUTO, 2007).

Este artigo divide-se em três seções. A primeira seção é dedicada à descrição da repetição e da tautologia em três diferentes abordagens: na tradição gramatical, na Lógica proposicional e na Retórica. A segunda seção trata dos procedimentos metodológicos desta pesquisa. A terceira seção analisa e discute a função argumentativa das tautologias em textos midiáticos de diferentes gêneros.

2 DIFERENTES ABORDAGENS PARA A CONSTRUÇÃO TAUTOLÓGICA

Esta seção tem o objetivo de apresentar três diferentes perspectivas para o tratamento da redundância e também da tautologia: a perspectiva da tradição gramatical, a perspectiva da Lógica e a perspectiva da Retórica.

2.1 A TAUTOLOGIA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

A palavra *tautologia*, segundo Cunha (2010, p. 625), vem do grego *tautologia*. *Tautó* significa “o mesmo”, e *logía* significa “palavra”, “discurso”, “sentido”, construindo um todo significativo que quer dizer “dizer o mesmo”. A tautologia, por ser considerada um tipo de redundância, tem semelhança com daquilo que a tradição gramatical chama de *pleonismo*.

Bechara (2009, p. 594) define pleonasma como “a repetição de um termo já expresso ou de uma ideia já sugerida, para fins de clareza ou ênfase.” Na oração *Vi-o a ele*, ilustramos um pleonasma na repetição do objeto direto.

A tradição gramatical distingue dois tipos de pleonasma: o de valor expressivo ou elegante e o vicioso. O de valor expressivo, como já dito, é usado para atribuir ao texto clareza ou ênfase. Já o vicioso “nada adianta à expressividade do pensamento” (BECHARA, 2009, p. 205). *Subir para cima* ou *Descer para baixo* são exemplos de pleonasmos viciosos comumente apresentados pelos gramáticos e professores como algo a ser evitado.

Em Bechara (2006, p. 205), há a consideração de que “o grande juiz entre os pleonasmos elegantes e viciosos não é a lógica da gramática, mas a tradição refletida no uso dos bons escritores e das pessoas cultas.” Já em Bechara (2009, p. 594), a consideração é a de que o juiz entre os dois tipos de pleonasma passa a ser simplesmente “o uso, e não a lógica”.

Em construções como *Palavra de rei não volta atrás*, e não simplesmente como *Palavra de rei não volta* (BECHARA, 2006, p. 205), há consagração da construção tautológica pelo uso. Mesmo que haja uma mudança de postura entre “uso dos bons escritores e das pessoas cultas” e simplesmente “uso”, a dicotomia entre os dois tipos de pleonasma permanece sem, entretanto, serem claros os limites entre um e outro tipo.

Do ponto de vista descritivo, parece ser difícil para um linguista saber os limites entre o que a tradição considera como pleonasma de valor expressivo ou como pleonasma vicioso, uma vez que também o pleonasma vicioso pode ter valor expressivo. Numa perspectiva funcional e socio-cognitiva, um falante que faz uso de uma construção como *sair para fora*, provavelmente concebe que o verbo *sair*, que pode implicar a existência de complemento locativo como em *sair de casa*, *sair para a rua*, não suporta em si toda a carga semântica necessária para expressar a ideia de *desocupar um ambiente*. Por esse motivo, o falante encontra em *para fora* o reforço necessário para a expressão completa e eficaz da ideia que deseja comunicar. Assim, em construções correntes como *sair para fora*, o verbo codifica a referência ao evento, enquanto a locução *para fora* é usada para expressar a direção. De modo análogo, em *Mar salgado*, de Fernando Pessoa, *mar* se conecta semanticamente à ideia de grandiosidade, beleza, contemplação; e *salgado* se conecta semanticamente à ideia de aquelas águas serem salgadas, e não doces (o que poderia evocar outros sentidos).

Travaglia (1996, p. 25), questionando criticamente o objetivo estético das gramáticas tradicionais, afirma que elas definem formas e usos que são incluídos ou excluídos para o “bem” falar e para o “bem” escrever, isto é, para o que costumamos identificar como *norma culta* da língua. E, como forma de conferir ao texto “elegância, colorido, beleza, finura, expressividade, eufonia, harmonia”, há a recomendação de se evitarem alguns usos tratados como vícios, tais como “a cacofonia, a colisão, o eco, o pleonasma vicioso.” Registramos, no quadro a seguir, alguns usos correntes de pleonasma segundo Bechara (2009, p. 594-595).

Quadro 1 – Casos comuns de pleonasma

Série possessiva para evitar ambiguidade.	Mas não esmoreceu o Sr. Conde de Laet. Ninguém melhor do que ele fez então a psicologia da maior parte dos nossos movimentos revolucionários. Não só mostrou que quase sempre a <i>sua causa deles</i> , “é um segredo”. (JF apud CL. 1, II, 333)
Dois termos de significado negativo para afirmar.	<i>Não sem razão</i> = com razão <i>Nada anormal</i> = muito normal
Repetição da conjunção integrante e de transpositores em orações subordinadas.	E disse <i>que</i> , se lhe não queríamos mais nada, <i>que</i> podíamos ir à nossa vida. (CBr.1, 45) Quero saber <i>como que</i> você fez isso.

Fonte: adaptado de Bechara (2009).

Bechara (2009, p. 594) recomenda cuidado para evitarmos, sempre que possível, o pleonasma léxico que “resulta do esquecimento do significado de expressões portuguesas e estrangeiras”, como em *decapitar a cabeça, exultar de alegria, tornar a repetir, antídoto contra*. Aponta, também, o uso simultâneo de prefixo e preposição que têm o mesmo significado, como em *incorporar em, coabitar com, conformar-se com*.

Garcia (2000, p. 285), afeito da tradição gramatical, considera “defeito abominável” o uso de pleonasmos resultante de “descuido ou de ignorância”. Pondera, entretanto, que, se usado com habilidade, o pleonasma “realça sobremaneira a expressão das ideias”. Para ele, é possível dar ênfase ao objeto direto, ao objeto indireto, ao predicativo e também ao sujeito, em construções como *os medíocres, esses deixam-se levar sem resistência na torrente das inovações*.

Ao tratar da *amplificação*, figura retórica que “consiste, essencialmente, em repetir, alongar, estirar uma ideia ou tema, por meio de circunlóquios, de diferentes torneios de frases, definições sinonímicas, metáforas e símiles excessivos e ociosos”, Garcia (2000, p. 203) afirma que, “às vezes, a amplificação degenera em pura tautologia” e faz uma crítica a autores consagrados que, segundo ele, exageram no uso de amplificações, como é o caso de Rui Barbosa em *O sertão não conhece o mar. O mar não conhece o sertão. Não se tocam. Não se veem. Não se buscam*.

Cunha e Cintra (2007, p. 639) também consideram que o uso inconsciente do pleonasma, resultante da “ignorância do sentido exato dos termos empregados, ou de negligência”, constitui “falta grosseira”. São exemplos de pleonasma, segundo esses gramáticos, construções como *breve alocução, monopólio exclusivo, principal protagonista*, em que o adjetivo encerra uma “demasia condenável”.

Consideramos que os usos do pleonasma, assim como os demais usos linguísticos, devem ser tratados segundo o princípio funcionalista e ecolinguístico de que, na língua, há uma diversidade de interações verbais que se caracterizam não apenas por graus diferentes de letramento, planejamento e monitoramento verbal, mas por propósitos comunicativos variados. Cabe ao falante/enunciador fazer uso de uma ou de outra forma linguística que julga mais eficiente para o cumprimento de tais propósitos.

A seguir, passamos a discutir o tratamento da tautologia no âmbito da Lógica proposicional.

2.2 A TAUTOLOGIA NA LÓGICA PROPOSICIONAL

Entendida como a parte da Filosofia que trata das leis do raciocínio, tais como a dedução, a indução, a hipótese, a inferência, a *Lógica* tem fundamental importância para o estudo da tautologia, porque considera, do ponto de vista semântico, o seu valor de verdade.

Um dos principais nomes ligados aos estudos da Semântica linguística é Frege, filósofo alemão, um dos criadores da Lógica matemática. Para Frege (1978), fazer referência a algo é identificar no mundo um objeto correspondente. A **referência**, ou extensão, diz respeito, então, à relação entre língua e mundo. Os sintagmas nominais (SN), os sintagmas verbais (SV) e as sentenças têm, no mundo, suas respectivas referências. Os SN referenciais, nessa perspectiva, têm como referência objetos ou entidades no mundo. É o caso do sintagma referencial *o menino* quando usado para referir um indivíduo caracterizado por ser um humano, macho, não adulto. Os SV também têm como referência classes de entidades no mundo. O SV *ser brasileiro*, por exemplo, tem como referência o conjunto dos brasileiros, que é a classe de entidades correspondente a esse SV. Já as sentenças inteiras não possuem, no mundo, uma referência material e concreta. A **referência das sentenças** seria, então, o seu valor de verdade, ou seja, a propriedade de serem verdadeiras ou falsas. Assim, a referência da sentença *A terra é redonda* é, na concepção fregeana, sua verdade ou falsidade.

Na Lógica, uma **proposição** é entendida como uma **sentença declarativa classificada como verdadeira ou falsa**. Três princípios lógicos são fundamentais para a constituição do conceito de proposição. O primeiro princípio é o da *identidade*, ou seja, toda proposição é idêntica a si própria. O segundo princípio é o da *não contradição*, que estabelece que uma proposição não pode ser verdadeira e falsa simultaneamente. Enunciar, por exemplo, algo do tipo *Essa sentença é falsa* fere o princípio da não contradição, porque, se, no mundo, ela é realmente falsa, então, ela é verdadeira. Temos aí um paradoxo, em que uma sentença afirma sua própria falsidade e a sua referência no mundo afirma a sua veracidade. O terceiro princípio é o do *terceiro excluído*, segundo o qual uma proposição só pode ter dois valores lógicos: ser verdadeira ou ser falsa, não podendo ter um terceiro valor lógico. A semântica lógica da verdade proposicional é, portanto, binária, dicotômica.

Sentenças exclamativas que expressam desejo como *Boa sorte!*, sentenças com força ilocucionária de pergunta e de ordem como *Marcos é gente boa?* ou *Procure melhorar suas notas!*, não são consideradas proposições, uma vez que não é possível identificarmos valores de verdade ou de falsidade. Também sentenças abertas como $x + y = 9$, em que desconhecemos o valor de x e o valor de y , não são consideradas proposições, já que não é possível verificarmos se são verdadeiras ou falsas.

Uma proposição pode gerar novas proposições e, por meio de raciocínios lógicos, é possível “calcular” a verdade ou a falsidade implicada da junção dessas proposições. Para isso, a Lógica se utiliza de uma tabela *verdade*, na qual são enumeradas todas as possibilidades de combinação de valores das proposições, utilizando-se, para isso, conectivos lógicos.

A partir dessa breve explicação, podemos entender o que a Lógica concebe como tautologia. Os estudiosos da Lógica, como explica Mortari (2001), costumam definir a tautologia como as proposições cujos valores de verdade resultam sempre verdadeiros, diferentemente da contradição, cujos valores resultam sempre falsos, e da contingência, cujos valores resultam como verdadeiros e falsos.

Para ficar mais clara a definição de tautologia na perspectiva da Lógica, tomemos o seguinte enunciado: *Hoje vai ter sol ou hoje não vai ter sol*. Chamamos a proposição afirmativa *Hoje vai ter sol* de “ p ”, e a sua negação, *Hoje não vai ter sol*, de “ $\sim p$ ” (“não p ”). Elas são ligadas por meio de um conectivo disjuntivo (\vee), de modo que a representação lógica para toda a proposição seria “ $p \vee \sim p$ ” (“ p ou não p ”).

Considerando a relação dessas proposições com o mundo, *grosso modo*, podemos afirmar que, se, de fato, tiver sol naquele dia, a proposição “ p ” é verdadeira. Por outro lado, se, de fato, não tiver sol naquele dia, a proposição “ $\sim p$ ” é verdadeira. Como, em qualquer uma das possibilidades, o resultado é sempre verdadeiro, tem-se aí uma tautologia. A formalização dessa proposição composta na tabela verdade pode ser vista no quadro a seguir.

Quadro 2 – Representação de $p \vee \sim p$ na tabela verdade

P	$\sim P$	Resultado de $P \vee \sim P$
V	F	V
F	V	V

Fonte: os autores com base em Mortari.

A primeira coluna representa a proposição “ p ” simples *Hoje vai ter sol*, que tanto pode assumir a referência de ser verdadeira (V) – caso haja realmente sol no mundo sociofísico – como pode assumir a referência de ser falsa (F), caso não haja sol nesse mesmo mundo. A segunda coluna, representada por “ $\sim p$ ”, constitui a negação dos valores da primeira coluna. Se P é verdadeira, então, “ $\sim p$ ” terá o valor de falsa, e se “ p ” é falsa, sua negativa é verdadeira. O resultado, apresen-

tado na terceira coluna, será sempre verdadeiro, uma vez que, como já foi dito, considerada a relação entre enunciado linguístico e realidade extralinguística, se, de fato, houver sol, “p” é verdadeira e, caso não haja sol, “~ p” também será verdadeira.

Em relação às construções equativas com SN simples como *Guerra é guerra*, (REICHENBACH, 1947 apud MEIBAUER, 2008), afirma que elas são entendidas como tautologias em termos de cálculo de predicado, e não em termos de cálculo proposicional, visto que constituem afirmações verdadeiras, se considerada, na língua, a equivalência entre os dois SN. Para Cançado (2012), em sentenças como essa, a verdade é óbvia, pois um objeto é idêntico a si mesmo, o que é uma verdade a ponto de não precisarmos ir ao mundo para constatá-la como verdadeira, e a referência se resolve no próprio mundo linguístico.

Voltando à Lógica matemática de Frege, identificamos o conceito de *sentido*, ou intensão, uma noção que, juntamente com a de *referência*, se presta ao entendimento do significado proposicional. Cançado (2012, p. 97) explica que, para Frege, enquanto a referência é a identidade entre a palavra e a coisa num determinado contexto, o sentido é o modo pelo qual a expressão linguística apresenta a entidade que ela nomeia. Para explicar a diferença entre sentido e referência, a autora retoma as famosas sentenças:

- (1) *a estrela da manhã é a estrela da manhã.*
 (2) *a estrela da manhã é a estrela da tarde.*

Em termos de referência, tanto (1) quanto (2) podem ser representadas pela equação $x \text{ é } x$, visto que tanto estrela da manhã quanto estrela da tarde designam o mesmo planeta Vênus. Em termos de sentido, porém, (1) pode ser representada como $x \text{ é } x$, enquanto (2) pode ser representada como $x \text{ é } y$, visto que cada expressão linguística transmite um sentido ou intensão diferente, embora tenha, no mundo, a mesma referência. Seguindo essa ótica, (1) não é informativa, pois, sendo semanticamente idênticos os SN, ela não mostra nada de novo sobre o mundo, e o verbo ser apenas sela a equivalência entre eles. Já (2) necessita de um conhecimento a mais para acessar o mesmo objeto no mundo, o planeta Vênus. Essa breve explicação da relação entre referência, sentido e a verdade proposicional ajuda-nos a perceber como a Lógica analisa sentenças equativas nominais simples.

Uma questão que, segundo a Lógica, precede a análise das construções equativas que apresentam tautologia é a referencialidade do segundo SN. Apesar da aparente identidade referencial em afirmações como *menino é menino*, por exemplo, o segundo SN tem valor atributivo, e não referencial, como podemos observar no dado a seguir, retirado de Meibauer (2008). Nesse exemplo, a segunda ocorrência de “carro” pode ser interpretada como um atributo, “poluidor do meio ambiente, independentemente do uso de catalisador”:

- (3) *Falante A: Não é verdade que poluo o ambiente; meu carro é equipado com catalisador.*
Falante B: bem, um carro é um carro.

Uma evidência de que o segundo SN designa, neste caso, um conceito, sentido ou intensão utilizado atributivamente é que as construções tautológicas não respondem questões que perguntam sobre referentes, mas questões que perguntam sobre propriedades, como vemos nos dados a seguir, adaptados de Meibauer (2008):

- (4) *Falante A: De todas as pessoas aqui nesta sala, quem é seu pai?*
*Falante B: * Meu pai é meu pai.*

(5) *Falante A: Que tipo de pessoa é seu pai?*

Falante B: Oh, meu pai é meu pai.

A inadequação da resposta que se encontra em (4), e que não encontramos em (5), é uma evidência do caráter atributivo do segundo SN, que se presta à descrição de propriedades de um referente. Para considerarmos que a construção tautológica exibe uma relação de identidade de referência no mundo, precisaríamos admitir que os dois SN são, de fato, referenciais, em outras palavras, referem, do ponto de vista da Lógica, uma entidade no mundo. Mas esse não parece ser o caso.

As tautologias, como a descrita em (5), têm natureza dúbia, pois, de um lado, segundo a abordagem da Lógica, prescindem do conhecimento do mundo extralinguístico para serem consideradas verdadeiras e, portanto, são consideradas vazias informacionalmente; e, de outro, percebemos uma diferença de natureza funcional entre o primeiro e o segundo SN, implicando um aparente vazio informativo. Por essa razão, segundo Atayde (2010), alguns autores preferem a expressão *quase-tautologias* para se referirem a elas.

Atayde (2010) acrescenta que, do ponto de vista da Estilística, as tautologias constituem repetição de palavras sinônimas pertencentes à mesma classe lexical e sintática e, do ponto de vista da Fraseologia (uma subárea da Linguística), as tautologias se enquadram numa classe de expressões que exprimem “verdades geralmente aceitas”, que têm função fortemente argumentativa ao lado de lugares comuns e truísmos, que serão tratados na próxima seção.

2.3 A TAUTOLOGIA NA RETÓRICA

Como foi visto, a repetição, o circunlóquio, a redundância, a tautologia fora do discurso poético é, tradicionalmente, vista de modo negativo. A Retórica, como arte da argumentação, chama de *petição de princípio* o “erro na técnica da demonstração” que consiste “no fato de se postular o que se quer provar” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 127). Para os autores, a *petição de princípio* não diz respeito à verdade, mas à adesão dos interlocutores às premissas que se pressupõem. Em vista disso, a *petição de princípio* não é considerada um erro de lógica, nem é compreendida na teoria da demonstração, mas constitui um erro de retórica e diz respeito à técnica argumentativa. É, por isso, estudada como uma falácia não formal. Na teoria da argumentação, então, a *petição de princípio* é concebida como falácia, porque quem argumenta retira uma conclusão pressuposta nas premissas. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) exemplificam:

se quisermos fazer que se admita que X tem uma natureza corajosa e se, para tanto, apresentamos um de seus atos como sendo uma manifestação dessa natureza corajosa, o interlocutor poderá pretender que se trata de uma petição de princípio; em contrapartida, essa acusação será mais difícil de sustentar se o mesmo ato for considerado um exemplo que deve permitir uma generalização (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 128).

Pelo exposto, entende-se que uma petição de princípio ocorre quando uma premissa é utilizada pura e simplesmente para se construir a conclusão. Todavia, quando, a partir dela, se faz uma generalização, não há petição de princípio como falácia argumentativa.

Garcia (2000) define *petição de princípio* de modo ainda mais claro. Para ele, a *petição de princípio* consiste em apresentar a própria declaração como prova dela, ou seja, tomar como coisa demonstrada aquilo que necessita de demonstração. Cita como exemplo alguém que enuncia “Fulano morreu de velho porque viveu muitos anos” ou “fulano morreu pobre porque não tinha

dinheiro” (GARCIA, 2000, p. 318). As sentenças encabeçadas por *porque*, entendidas como causas da declaração, são, na verdade, a mesma declaração inicial maquiada com outras palavras. Ao final da seção sobre *petição de princípio*, Garcia (2000) recomenda que aqueles que desejam exercitar a escrita devem evitar, no trabalho de construção da argumentação, aquilo que “a gramática chama ora de *tautologia* (dizer a mesma coisa com outras palavras), ora de *redundância* (repetir pormenores já implícitos em declaração prévia)” (GARCIA, 2000, p. 319).

Importante esclarecer, porém, que, há diferenças entre *petição de princípio* e *tautologia*. Enquanto a *petição de princípio* é tratada como um argumento, a *tautologia* é tratada como uma proposição; enquanto a *petição de princípio* é analisada como falácia, a *tautologia* é sempre verdadeira; e, enquanto a *petição de princípio* não é recomendada como recurso retórico (GARCIA, 2000), a *tautologia* pode ser argumentativamente útil para esclarecer termos, conceitos ou para reforçar estereótipos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) consideram igualmente que os dois termos de uma repetição não são iguais e, em vista disso, os teóricos do estilo têm-se interessado por *tautologias* do tipo *pai é sempre pai*. Para os autores, a segunda ocorrência de *pai* é um substantivo tomado adjetivamente, de modo que, nessas construções, o mesmo termo é usado para designar a pessoa e seu comportamento, respectivamente, ou a coisa e suas propriedades. Os autores reconhecem nas construções equativas o seu valor argumentativo e também um paradoxo: “a fórmula de identidade nos introduz na via de uma diferença, mas não especifica para o que deve canalizar-se nossa atenção” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 246). A construção, formulada como uma *tautologia* consiste em valorizar positiva ou negativamente alguma entidade, de tal modo que o segundo elemento da construção é que é dotado de valoração predicativa.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) afirmam, enfim, que as *tautologias* constituem argumentos quase-lógicos, isto é, possuem uma faceta formal, fundamentada na Lógica, e uma faceta fundamentada na natureza das coisas, na interpretação humana. De início, os termos das *tautologias* são unívocos, suscetíveis de serem idênticos, mas, após a interpretação, surgem as diferenças. Um enunciado como *uma mulher é uma mulher*, por exemplo, pode assumir o papel de máxima, mas é na enunciação particular que o sentido será revelado: todas as mulheres são iguais ou uma mulher deve ter a postura de uma mulher. Afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 247): “elas [as *tautologias*] só adquirem significado argumentativo quando se aplicam a uma situação concreta, a única que dá a essas noções o significado particular que convém”.

Para Atayde (2010), o interesse da Retórica e da Comunicação nessas construções se deve à discrepância entre o que é textualmente dito e o que está implícito em determinado contexto enunciativo. A autora atenta para o fato de que, numa *tautologia*, o significado já é pré-definido, havendo, portanto, uma interpretação padrão. Em uma construção como *negócio é negócio*, por exemplo, há, segundo Atayde (2010, p. 138),

um conjunto de interpretações convencionalizadas que se podem traduzir, nesse caso concreto, por ‘o interesse financeiro justifica todos os meios, sobrepondo-se aos sentimentos’ / ‘a amizade não pode interferir nos negócios’ ou até pela ideia maquiavélica de que ‘os meios justificam os fins’.

Dentre as construções *tautológicas*, *guerra é guerra* é uma das mais citadas na literatura (WIERZBICKA, 1988, 2003; MEIBAUER, 2008). Isso porque sua força argumentativa reside no efeito de naturalização do conflito armado como forma de justificar os males provocados pela guerra. A enunciação de uma *tautologia* como essa, em determinado contexto, evidencia um ponto de vista que coloca o poder acima do sentimento de humanidade.

Não conformada com a naturalização da guerra por meio do uso de uma tautologia, Atayde (2010) realizou uma pesquisa por meio do buscador Google em *sites* alemães de movimentos sociais e políticos pacifistas. Neles, encontrou expansões da construção *guerra é guerra*, que tinham o objetivo de revelar os sentidos de *guerra* (*Krieg*, em alemão) em toda a sua extensão, núcleos denotativos e margens conotativas. Era uma forma de contrapor-se à ideia de justificação e naturalização embutida na tautologia *guerra é guerra*. Uma dessas expansões foi *Guerra é guerra e na guerra há mortos*.¹ Segundo a autora, há um processo de recriação nesse enunciado em que, por meio da adjunção de uma sentença coordenada, explicita-se que um dos efeitos da guerra é a existência de mortos. Como se vê, uma faceta da guerra está escondida na tautologia simples *guerra é guerra*, e é colocada em evidência no enunciado pacifista com o objetivo de desconstruir o enunciado padrão, mostrando que a guerra tem consequências.

Atayde (2010, p. 14) também analisou o seguinte dado retirado de um poema e publicado em um *blog*: *mas guerra é guerra e a guerra dói*.² Também nesse dado, por meio da sentença coordenada, o poeta expande a tautologia clássica, denunciando as consequências da guerra que poderiam não ser lembradas.

Atayde (2010, p. 146) analisa várias outras expansões da tautologia padrão e conclui o texto dizendo que o fenômeno da expansão, da recriação, da modificação é um reflexo de uma “sociedade em acelerada mutação”, ao mesmo tempo em que enfoca a necessidade de se estudarem de modo aprofundado outras tautologias como *uma mulher é uma mulher; um homem é um homem*, como forma de focar também questões de gênero.

O estudo de Atayde (2010) permite-nos perceber com clareza o valor argumentativo das construções tautológicas. A contraposição de ponto de vista por meio da expansão da tautologia padrão revela ainda a natureza também político-ideológica da tautologia, confirmando a consideração de Bakhtin (1999, p. 14), de que “a palavra é a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema”.

Ainda sobre a natureza argumentativa das construções tautológicas, Meibauer (2008) afirma que a força ilocucionária dessas construções pode mudar em diferentes contextos. Aponta três principais forças que podem estar associadas às tautologias equativas: 1) *a força ilocucionária da justificação, da desculpa*. Dizer, por exemplo, *Guerra é guerra* constitui uma justificação para a realização da guerra e conduz o interlocutor a ser tolerante com ela; 2) *a força ilocucionária da censura*. Ao dizer, por exemplo, *Um carro é um carro*, no sentido de que carros são poluidores, o falante censura indiretamente seu interlocutor por ter um carro, independentemente de ter ou não catalisador, porque é uma máquina poluidora do ambiente; e 3) *a força ilocucionária do elogio*. A propaganda das baterias automotivas Moura, cujo *slogan* é *Moura é Moura*, coloca essas baterias num nível superior de qualidade em relação às outras baterias, fazendo-se indiretamente um elogio ao produto.

Em todas essas forças ilocucionárias, manifestam-se pontos de vista sobre a construção tautológica anunciada.

3 METODOLOGIA

A Linguística de *Corpus*, em geral, faz uso de um programa computacional chamado *Web-BootCat*, que recruta dados da internet e ajuda na composição de *corpus* eletrônico. Segundo

¹ Original alemão: *Krieg ist krieg, und im Krieg gibt es Tote*.

² Original alemão: *doch Krieg ist Krieg und Krieg tut weh*.

Aluísio e Almeida (2006), esse programa propõe a montagem de *corpus* a partir de textos obtidos na Web. As autoras descrevem os passos para a utilização do *software*:

O primeiro passo é selecionar as sementes iniciais. Isso é feito manualmente, e boas sementes são termos típicos em textos do domínio específico do qual se busca construir a amostragem. No segundo passo, essas sementes são combinadas entre si e algumas dessas combinações (à escolha do usuário) são enviadas como buscas no Google. No terceiro passo, as URLs retornadas das buscas são processadas para obter-se apenas o texto contido nelas, convertendo-as para texto puro e “limpando-os”, quando for possível. São aproveitados somente os formatos “html” e “txt”. Nesse momento, um primeiro *corpus* já está formado. Desse primeiro corpus são extraídos unigramas (itens léxicos com apenas uma palavra), e a frequência de cada unigrama obtido no corpus é apurada. Sabendo-se a frequência de cada unigrama, esses podem ser comparados entre si (ALUÍSIO; ALMEIDA, 2006, p. 168).

Para esta pesquisa, utilizou-se esse programa para constituir um *corpus* mínimo de construções tautológicas resultantes de buscas no *Google*. Palavras-chave como *guerra*, *certo*, *errado*, *pai*, *mãe*, *dinheiro*, *governo* etc. foram inseridas em campo apropriado e o programa buscou em artigos de opinião, em notícias, em reportagens, em editoriais, em comentários ocorrências desses sintagmas nominais. A escolha dessas palavras deve-se à sua pertinência na literatura sobre construções tautológicas. Os sintagmas apareceram em sentenças diversas. Selecionamos, para a composição do *corpus*, apenas as tautológicas do tipo *X é X*, que totalizaram 142 ocorrências. Se outros sintagmas nominais tivessem sido inseridos no campo de busca, outras tautologias seriam encontradas. Feito isso, procuramos analisar aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos/argumentativos presentes em cada uma.

Foram feitas também buscas no *Google* sem a utilização do programa computacional como forma de coletar textos imagéticos em que as tautologias ocorriam. O resultado foi a constituição de um *corpus* com aproximadamente 30 tautologias. Para este trabalho, foram selecionadas apenas três que ilustram seu forte teor argumentativo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção se dedica à análise e à discussão de construções tautológicas. Elas não figuram simplesmente como ‘uma repetição cotidiana sem importância’ nem como um enunciado que se pode analisar em si mesmo, sem se considerar a realidade extralinguística. Defende-se, neste texto, que as tautologias constituem argumentos com uma faceta fundamentada na interpretação humana (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Como há importantes considerações na literatura sobre a tautologia *Guerra é guerra*, em nosso *corpus* mínimo, encontrou-se uma ocorrência dessa tautologia, presente no Livro *O arquipélago, parte III, vol. II*, da trilogia de *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo (2018). É um diálogo entre Rodrigo e Clementino Garcia. Garcia assim narra:

(06) *Quando vi, os inimigos caídos estavam quase todos pelados. Vesti uma túnica de tenente meio manchada de sangue. Mas o senhor compreende, guerra é guerra, quem não quer se sujeitar a essas coisas que fique em casa...* (In: VERÍSSIMO, É. *O arquipélago*. 2018. Disponível em: <http://livred.info/o-arquipelago-vol-2.html?page=8>. Acesso em: 22 out. 2018).

No relato de (06), o narrador justifica, por meio da construção *guerra é guerra*, o fato de ter vestido uma túnica de tenente manchada de sangue. Em outras palavras, diz que o nível de sujeição na guerra é tamanho que tudo pode acontecer, inclusive vestir-se uma túnica suja de sangue de um companheiro de luta. Aparecendo como informação de fundo no texto e antecedida pelo trecho “mas o senhor compreende”, a tautologia revela-se como uma verdade já estabelecida, uma realidade dada e difícil de ser desfeita. A construção funciona como um jargão de caserna que se popularizou, passando a ser usado em outros contextos e gerando interpretações convencionalizadas, tal como defende Atayde (2010). Essas interpretações são tão convencionalizadas que permitiram a Wierzbicka (2003, p. 405) elaborar um modelo de interpretação semântica para essa tautologia:

Guerra é guerra

- (a) Todo mundo sabe: quando uma pessoa faz coisas desse tipo alguma coisa má pode acontecer para outras pessoas por causa disso.
- (b) Eu sei: alguém pode pensar:
 - Isso é ruim.
 - Isso não deveria ser assim.
- (c) Eu penso: alguém deveria não pensar isso.
- (d) Alguém deveria saber:
 - Isso é sempre a mesma coisa (quando uma pessoa faz coisas desse tipo).
 - Isso não pode ser assim.
- (e) Eu não quero pensar: isso é ruim.
- (f) Eu não quero sentir alguma coisa ruim por causa disso.

O modelo de interpretação semântica de Wierzbicka (2003) aponta tanto para as interações entre os construtos coletivos de pensamento (*todo mundo sabe*) quanto para os construtos individuais (*eu sei, eu penso, eu não quero pensar*). A tautologia *Guerra é guerra* funciona, então, como uma justificativa para os males provocados pelo conflito armado e o direcionamento interpretativo parece também ser o de que “inevitáveis” aspectos negativos dessas atividades devem ser entendidos como tolerados.

As interações entre o pensamento coletivo e o individual envolvem certo conflito interior entre aquilo que se sabe sobre a guerra e o não querer pensar/sentir algo ruim sobre isso, como mostra Wierzbicka (2003).

Mais do que isso, ao se enunciar *Guerra é guerra*, deseja-se alterar o ponto de vista de um interlocutor que pense “isso é ruim / isso não deveria ser assim” para que o horror da guerra seja naturalizado. É nesse desejo de alteração de ponto de vista, de naturalização e de justificação de algo que reside a função argumentativa da tautologia. Num processo de descentramento de sentido, desativam-se algumas propriedades específicas do conceito de *guerra* para ativar e/ou colocar em evidência outras propriedades, formuladas por meio de uma estrutura linguística que cria a ilusão de um axioma, de um truísmo, de uma verdade que se evidencia por si mesma.

Considerando-se a afirmação de Meibauer (2008), de que as tautologias têm ou a força ilocucionária da justificação/desculpa, ou da censura ou do elogio, consideramos que qualquer força ilocucionária integrada à construção tautológica, em determinado contexto, contribuirá para a efetivação de seu valor argumentativo. É o caso, por exemplo, do seguinte enunciado, integrado a nosso *corpus*, cuja autoria é atribuída, por vezes, ao escritor e filósofo Chesterton, outras vezes a Santo Agostinho e outras, ainda, a Ricardo Jordão Magalhães, profissional de *marketing* digital:

(07) *O ERRADO É ERRADO*

mesmo que todo mundo esteja fazendo

O CERTO É CERTO

mesmo que ninguém esteja fazendo

Em (07), há quatro proposições que parecem ter a força ilocucionária da censura para atos considerados ‘errados’ e uma conotação pedagógica para atos considerados ‘certos’. Cada uma é formada por duas partes: uma constituída por meio de construção tautológica equativa *x é x*; e outra por um adendo concessivo. Neles, há contraposição entre os pares *certo* e *errado*; *todo mundo* e *ninguém*. Diferentemente de outras construções tautológicas com dois SN, as construções de (07) exibem um SN referencial na posição de Sujeito e um Sintagma Adjetival na posição de Predicativo. Em vista disso, necessariamente o segundo elemento tem valor atributivo.

Mesmo sendo consideradas tautológicas, porque se estabelecem em torno do sentido de um mesmo item lexical (*o certo/certo* e *o errado/errado*), elas confrontam valores sociais e pressupõem conhecimento de mundo partilhado sobre as noções de *certo* e *errado*. A formulação tautológica do enunciado cumpre a função de colocar em evidência esses conhecimentos de mundo partilhados. Justificam-se tais afirmações tautológicas (*O certo é certo*; *O errado é errado*) num contexto cultural em que parece haver uma relativização indesejada dos limites entre *certo* e *errado*. O valor argumentativo do enunciado se constrói pela força ilocucionária da censura em relação àquilo que se considera errado e, em contraposição, faz-se um elogio àquilo que se considera certo, a fim de exortar o interlocutor a fazer o certo, mesmo que ninguém o faça. A ideia é não se deixar conduzir pelas ações de *todo mundo*, já que o critério para se distinguir *o certo* do *errado* não deve ser o modo de agir da maioria, mas os valores divulgados na base de estereótipos definidos como bons e maus. Além disso, o enunciado alerta para o caráter sedutor do que é errado e para o caráter pouco sedutor do que é certo, porque o errado pode levar *todo mundo* a fazê-lo, enquanto que o certo pode não seduzir *ninguém* a praticá-lo.

Devido à propriedade de agregar valor e por ter também função argumentativa, a construção tautológica pode ser usada pela publicidade, como forma de atribuir a força do elogio a determinadas marcas. É o caso da empresa Gerardo Bastos, em Fortaleza, revendedora oficial dos pneus Pirelli, amplamente conhecida no estado do Ceará pelo *slogan* ‘onde um pneu é um pneu’, conforme se verifica a seguir:

(08)



Disponível em: <http://www.gerardobastos.com.br/>. Acesso em: 5 fev. 2018.

Mesmo aparentando ser uma afirmação óbvia, inusitada ou irreverente, o *slogan* da Gerardo Bastos *onde um pneu é um pneu* virou notícia dos jornais *Tribuna do Ceará* e *O Estado-CE*, comentário em *blogs* e discussão entre os habitantes de Fortaleza. Segundo o jornal *Tribuna do Ceará*, edição do dia 13 de dezembro de 2017, “o slogan é simples e óbvio, mas o suficiente para ser lembrado e associado quase instantaneamente à marca Gerardo Bastos pelos cearenses”.

O jornalista considera que o *slogan* é ‘simples’ e ‘óbvio’. A ideia de que a construção é *simples* surgiu, possivelmente, da observação de que o SN se repete e, por isso, não apresentaria informação nova. A questão, porém, é mais profunda, visto que nem a simplicidade nem a obviedade foram suficientes para impedir a produtividade da construção e da boa aceitação dos clientes da loja e dos cearenses em geral. Isso porque a sentença tautológica significa mais do que mostra a sua materialidade. Encabeçada pelo pronome relativo “onde” e seguida de uma tautologia com configuração sintática *ART N é ART N*,³ a construção argumenta em favor da qualidade dos pneus da Gerardo Bastos, agregando-lhe valor positivo. A presença do relativo instaura o pressuposto de que, em outras lojas, podem ser oferecidos, por exemplo, pneus reconicionados, ao passo que, na Gerardo Bastos, os pneus são ‘de verdade’. A ideia de veracidade está associada à presença do verbo *ser* que define o nome por meio do uso desse mesmo nome.

A história do surgimento do *slogan* ajuda a compreender os sentidos da tautologia em análise. Gerardo Bastos Filho, presidente da empresa, relatou para o Jornal Tribuna do Ceará a história do surgimento do *slogan*:

“O meu pai havia mandado um rapaz deixar os quatro pneus e pediu que quando voltasse trouxesse o dinheiro. Na volta, o entregador não tinha trazido o dinheiro”, relata Gerardo. De acordo com o presidente, a situação deixou seu pai chateado, por ter tido um prejuízo logo no início do empreendimento. “O rapaz voltou para a casa do cliente, cobrando o valor dos pneus. Nesse momento, o cliente ligou para o meu pai: ‘Gerardo, é apenas um pneu. Não vá se aborrecer por isso’”, respondeu.

Ao escutar a frase do cliente, **Gerardo Gusmão Bastos** respondeu que um pneu era importante para sua empresa. “Papai disse: ‘**Como não vai fazer diferença? Um pneu é um pneu. Eu vivo de pneu**’”, conta (ROCHA, 2017).

O pressuposto da tautologia *onde um pneu é um pneu*, conforme mostra a história do *slogan*, é a de que, por mais insignificante que pareça um pneu, ele tem valor. Isso está de acordo com a consideração de Wierzbicka (2003) de que a construção é usada como forma de relembrar as pessoas do inegável valor das coisas que, uma vez ou outra, pode ser esquecido. A função argumentativa da construção se revela pela oposição entre dois pontos de vista: de um lado, o cliente que se negava a pagar o pneu comprado, rebaixando-o à condição de um nada (‘apenas um pneu’); de outro, o empresário que se mantém firme no propósito de valorizar a sua mercadoria, dizendo que ‘um pneu é um pneu’ e que ‘vive de pneu’.

Mais de uma vez, o jornalista do jornal Tribuna do Ceará afirma que a Gerardo Bastos é uma das marcas “mais lembradas em Fortaleza”. Isso pode ser explicado pela consideração cognitivo-funcional de Givón (1995, p. 40-1), de que, quanto maior a complexidade cognitiva de uma forma ou expressão, menor será sua frequência e maior a sua complexidade estrutural. Em direção oposta, quanto menor for a complexidade cognitiva de uma forma ou expressão, maior será sua frequência e menor será a sua complexidade estrutural. O esquema a seguir mostra melhor essas relações:

Figura 1 – Complexidade e frequência

<p>> complexidade cognitiva < frequência > complexidade estrutural < complexidade cognitiva > frequência < complexidade estrutural</p>

Fonte: Baseada em Givón (1995).

³ ART = artigo; N = nome.

A construção tautológica, por possuir menor complexidade cognitiva e estrutural, é fácil de ser acessada pela memória e, portanto, tem maior probabilidade de ser frequente quando os usuários fazem uso da língua.

Os dados apresentados nesta seção são suficientes para perceber que as construções tautológicas, aparentemente, sem aporte informacional relevante, acionam não só conhecimentos linguísticos, mas também conhecimentos dispostos nos ecossistemas mental e social, definidos por Couto (2007), respectivamente, como o processamento de informações por meio do aparato cerebral do ser humano e as relações entre os membros de uma comunidade organizada em torno de uma língua. A associação entre a tecnologia de que a língua dispõe para realizar atos de linguagem, desenvolvida pela mente e colocada em uso na interação social contribuem para que as tautologias tenham o forte teor argumentativo aqui descrito. Daí, então, a sua produtividade em diferentes tipos de discurso. Por ser formulada, nos termos da Lógica, como não demonstrável, já que o SN_1 – ao menos na forma – é afirmado como idêntico ao SN_2 , a tautologia se estabelece no uso como uma verdade culturalmente aceita e, dessa forma, há direcionamento interpretativo no sentido de eger como melhor uma ideia, ponto de vista, uma marca, um produto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou compreender o tratamento da tautologia em três importantes áreas do conhecimento – na tradição gramatical, na Lógica proposicional e na Retórica – e também analisar o valor argumentativo dessas construções em textos de diferentes gêneros.

Constatou-se que, na tradição gramatical, a repetição, em geral, é vista negativamente, principalmente, quando se trata do que as gramáticas consideram como pleonasmos viciosos. Quando se trata do uso estilístico e metacognitivamente controlado, porém, o pleonasma é valorizado, porque supõe a criação de efeitos de sentido.

Na Lógica, a tautologia é definida como uma proposição cujo resultado é sempre verdadeiro. As construções tautológicas que se constroem com dois SN simples idênticos, nos estudos da Lógica, em termos de informatividade, nada acrescentam. *Menino é menino* constitui uma sentença verdadeira por si só, sem a necessidade de buscar-se no mundo a confirmação de seu valor de verdade. O verbo *ser* ligando SN idênticos cumpre uma função tautológica, além de conferir ao enunciado estatuto de verdade omnitemporal, ilimitada. O fato de não haver necessidade de demonstração, associado ao uso de um verbo cujo tempo expressa uma verdade eterna, dá à tautologia características de um axioma, um truísmo.

Na Retórica, há o reconhecimento de que, consideradas as variáveis contextuais, o segundo SN não tem exatamente o mesmo valor do primeiro SN, o que contribui para se reconhecer numa construção como *Guerra é guerra* uma *quase tautologia*. Na maior parte dos casos, o valor argumentativo das construções equativas está no fato de o enunciador, por meio da tautologia, influenciar, persuadir e/ou convencer o interlocutor a aceitar a verdade da proposição como uma verdade que diz por si própria, sem precisar de demonstração. Uma distinção entre petição de princípio e tautologia mostrou que elas não se confundem, visto que a petição de princípio, por ser uma falácia, é invalidada, enquanto que a tautologia, por ser sempre verdadeira, não é invalidada, ao contrário, tem-se mostrado produtiva em vários tipos de discurso: literário, cotidiano/ pedagógico, publicitário etc.

Dotadas de forças ilocucionárias, as construções tautológicas podem apresentar alto valor argumentativo ao ativar determinados traços de sentido de um SN, ao mesmo tempo, em que desativam outros. É o caso de *Guerra é guerra*, que tem a força da justificação e da tolerância com

essa atitude humana, retirando de foco as consequências negativas da guerra. O interlocutor é levado a aceitar a guerra e a não sentir algo ruim por causa dela.

A noção de verdade omnitemporal e a não necessidade de demonstração da tautologia são também visíveis em tautologias como *o certo é certo e o errado é errado*, que, apesar do aparente vazio informativo, acionam conhecimentos culturais estabelecidos convencionalmente como ‘certos’ e como ‘errados’ e conferem ao texto um tom pedagógico. Em *slogans* publicitários como *onde um pneu é um pneu*, valoriza-se positivamente o produto vendido e há um direcionamento argumentativo no sentido de fazer o interlocutor acreditar que *naquele lugar* o produto é verdadeiro, tem tradição, é confiável.

É no encontro do tratamento lógico com o tratamento interpretativo humano que a tautologia se estabelece como poderosa estrutura argumentativa. Por criar o efeito da não demonstrabilidade, a tautologia se estabelece como uma verdade atemporal facilmente aceita.

As reflexões empreendidas neste texto colocam em destaque os usos discursivos das tautologias, em especial, os que foram estudados e discutidos na seção 3, os quais comprovam a força informacional e argumentativa das construções tautológicas, fator que motiva a sua produtividade. Essa produtividade mostra a necessidade de mais estudos sobre tais construções, que codificam aspectos da mente, da cultura, do povo e dos valores estabelecidos como verdadeiros.

REFERÊNCIAS

- ALUÍSIO, S. M.; ALMEIDA, G. M. de B. O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística. *Caleidoscópio*, v. 4, n. 3, set./dez. 2006. p. 156-178.
- ATAYDE, F. “Krieg ist krieg ist krieg” («Guerra é guerra é guerra»): repetição e recriação no ‘discurso fraseológico. *Real – Revista de Estudos Alemães*. Universidade de Coimbra, Coimbra, n. 1, p. 127-149, jul. 2010.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECHARA, E. *Lições de português pela análise sintática*. 18. ed. revista e ampliada com exercícios resolvidos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. atualizada pelo novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- FRASER, B. Motor oil is motor oil: an account of English nominal tautologies. *Journal of Pragmatics*, v. 12, n. 2, p. 215-220, 1988.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência: *lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 19. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GIBBS JUNIOR, R. W.; McCARREL, N. S. Why boys will be boys and girls will be girls: understanding colloquial tautologies. *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 19, n. 2, p. 125-145, 1990.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- HOUAISS, A. et al. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MEIBAUER, J. Tautology as presumptive meaning. *Pragmatics & cognition*, v. 16, n. 3, p. 439-470, 2008.
- MORTARI, C. A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Unesp, 2001.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROCHA, D. “Onde um pneu é um pneu”: slogan famoso entre os cearenses nasceu por acaso. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 13 dez. 2017. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/negocios/onde-um-pneu-e-um-pneu-slogan-famoso-entre-os-cearenses-nasceu-por-acaso/>. Acesso em: 5 fev. 2018.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.
- VERÍSSIMO, É. 2018. *O arquipélago*. Disponível em: <http://livred.info/o-arquipelago-vol-2.html?page=8>. Acesso em: 22 out. 2018.
- WIERZBICKA, A. Boys will be boys: radical pragmatics vx radical semantics. *Language*, v. 63, n. 1, p. 95-114, 1987.
- WIERZBICKA, A. Boys will be boys: a rejoinder to Bruce Fraser. *Journal of Pragmatics*, v. 12, n. 2, p. 221-224, 1988.
- WIERZBICKA, A. Boys will be boys: even ‘truisms’ are culture-specific. In: WIERZBICKA, A. *Cross-cultural pragmatics: the semantics of human interaction*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2003.